



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Mesa coordenada Mobilidade do capital e deslocamentos forçados na amazônia.

**DESLOCAMENTOS FORÇADOS NO COMPLEXO INDUSTRIAL-
URBANÍSTICO-PORTUÁRIO DE BARCARENA, PARÁ**

Marcel Hazeu¹

Resumo

Neste texto analisa dinâmicas governamentais e empresariais em relação a deslocamentos forçados por desapropriados para a acumulação por espoliação. A análise foi feita no contexto da implementação do complexo portuário- industrial no município de Barcarena e resulta de uma pesquisa (2012 a 2015) sobre sistemas migratórios e transformações sociais. Apresenta-se uma cronologia e dimensionamento dos deslocamentos forçados e as estratégias estatais e empresarias. Conclua-se que a resistência se organiza através da afirmação da territorialidade das comunidades e que políticas sociais devem ser pensadas como políticas territoriais.

Palavras-chave: Deslocamentos forçados. Barcarena.. Desapropriação. Amazônia.

Abstract

This paper analyzes government and business dynamics in relation to forced displacement by expropriation for accumulation by dispossession. The analysis was done in the context of the implementation of the harbor-industrial complex in Barcarena and results of a survey (2012-2015) on migration systems and social transformations. It presents a chronology and scale of forced displacement and the state and business strategies. It concludes that the resistance is organized by the assertion of the territoriality of communities and social policies should be thought of as territorial policies.

Keywords: Forced displacement. Barcarena. Expropriation. Amazon.

Introdução

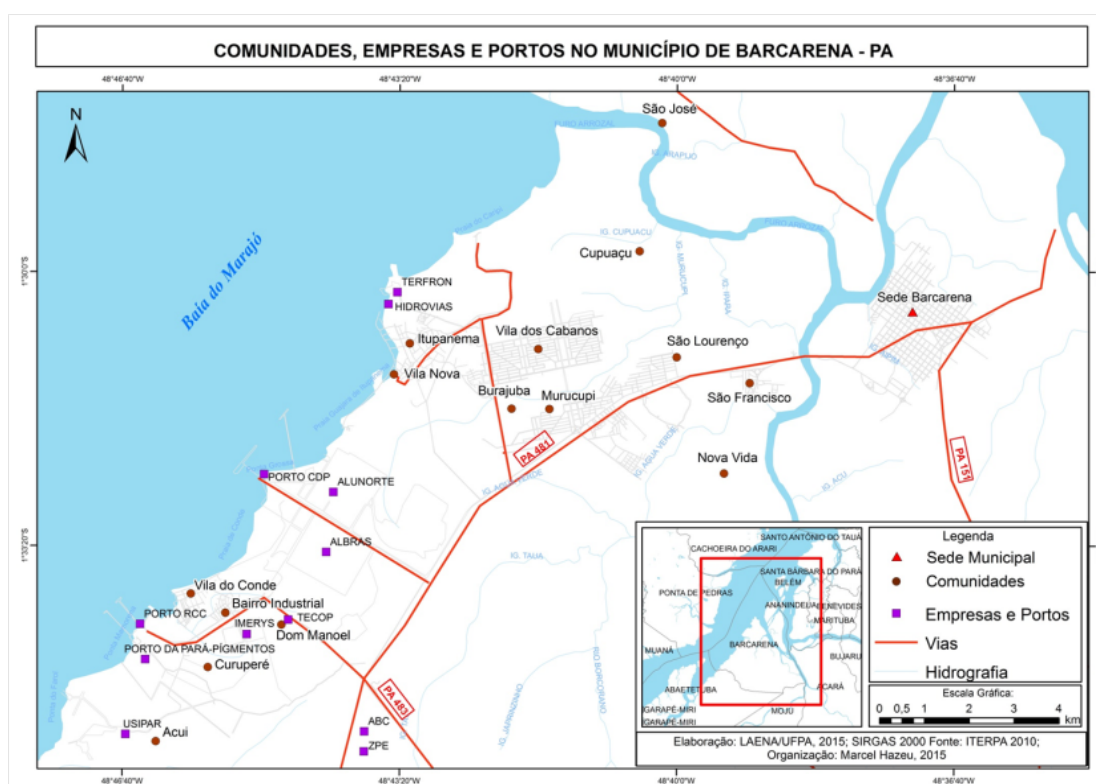
Neste texto visa-se analisar dinâmicas governamentais, empresariais e das comunidades em relação aos deslocados a força, desapropriados pela acumulação por espoliação (Harvey, 2003). A análise dos deslocamentos forçados foi feita no contexto da implantação e expansão do complexo portuário-urbanístico-industrial no município paraense de Barcarena e resulta de uma pesquisa realizada nos anos de 2012 a 2015 sobre sistemas migratórios e transformações sociais (HAZEU, 2015). A pesquisa seguiu uma abordagem teórica metodológica do sociólogo australiano Stephen Castles (2010) de analisar as contradições das transformações sociais no mundo globalizado através de estudos críticos de migrações.

¹ Graduado e mestre em Ciências Ambientais - Agricultural University - Wageningen, Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido(UFPA). Professor na Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA.

Estudando os deslocamentos forçados em Barcarena de forma cronológica, historiográfica, cartográfica e quanti-qualitativa, tentou-se dimensioná-los e identificar os agentes e as dinâmicas próprias deste sistema, baseado numa documentação oficial, relatos de pessoas deslocadas e entrevistas com agentes governamentais estratégicas.

O artigo apresenta um debate resumido sobre a categoria “deslocamentos forçados”, os processos de deslocamentos forçados no município de Barcarena, as estratégias em torno destes deslocamentos e conclui em relação aos movimentos de resistência e seu significado para políticas públicas sociais.

Barcarena é um município no Pará a 30 quilômetros distante de Belém (Mapa 1).



Até os anos de 1980 era predominantemente agrário e voltado para os rios. Hoje ele ocupa um papel estratégico na acumulação capitalista mundial, tanto em relação aos mercados de mineração quanto de agronegócio. Este novo papel tem sido acompanhado por desapropriações e deslocamentos forçados, parte intrínseca da acumulação do capital. Isto é observado a partir da análise histórica dos deslocamentos forçados desde a implantação do porto da Vila do Conde, a fábrica de Albrás e a Vila dos Cabanos nos anos 1980, até as construções de novos portos, bacias de contenção de rejeitos da mineração, novas empresas e a perspectiva da chegada da ferrovia norte-sul na segunda década do século XXI.

Deslocamentos forçados: desapropriações e migrações

Os deslocamentos forçados por projetos de desenvolvimento se inserem no debate sobre desapropriações na acumulação capitalistas, desde o clássico “processo histórico de isolar o produtor dos meios de produção” no qual “os meios sociais de subsistência e produção são transformados em capital; e os produtores imediatos, em trabalhadores assalariados” (Marx, 1977: 875), até o debate levantado por David Harvey (2004) sobre acumulação por desapropriação².

Os deslocamentos forçados são formas de migração, pois implicam em mudanças de moradia e territórios de vivência e qualquer ato de migrar implica fortemente na construção da identidade de todas as pessoas envolvidas (SAYAD, 1998). Os deslocamentos forçados são uma forma especial de migração, pois questiona, a ideia da liberdade (de escolha, de ir e vir) embutida na ideia da mobilidade.

Os deslocamentos forçados são parte estruturante da disputa pela hegemonia sobre a terra, modos de produção e modos de vida e:

[...] longe de constituírem uma exceção própria a momentos críticos como guerras, são uma constante e que o próprio Banco Mundial lembra que os deslocamentos compulsórios são uma realidade constitutiva do próprio processo de desenvolvimento capitalista. (VAINER 1996, p. 5).

Para este artigo adota-se a definição do Almeida (1996) de deslocamentos forçados:

[...] um conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos. (ALMEIDA, 1996, p. 30).

Almeida (1996) argumenta que os deslocamentos forçados se inserem numa ação coordenada por agências chamadas de desenvolvimento que tanto acionam mecanismos coercitivos quanto discursos sobre progresso e modernização, “para o bem de todas e da sociedade em geral”. As funções econômicas e as condições reais de existência das comunidades tradicionais são ignoradas. As culturas e pessoas existentes nos lugares escolhidos para os projetos de desenvolvimento são transformados num

² a expropriação de terra e recursos naturais de populações camponesas, a conversão de propriedade comunal ou estatal em propriedade privada, a extração de aluguéis de direitos de propriedade intelectual, a privatização de bens sociais coletivos (como pensões, saúde pública e outros direitos sociais) e as várias predações do capital financeiro.. (LEVIEN, 2014, p 32)

problema mercadológico, no qual os danos provocados podem ser reparados e compensados monetariamente, “[...] mesmo acarretando problemas ambientais, morais e redefinições de identidade social, de certa forma, irreparáveis” (ALMEIDA, 1996, p. 30).

Deslocamento forçado também deve ser compreendido como a “destruição do retorno”. O retorno que, segundo Sayad (2000), para o migrante é constitutivo de sua identidade, um retorno imaginado e/ou concreto, realizado ou não, mas que dá sentido ao processo migratório e ao ser migrante. O retorno que se refere a um lugar de origem, de memórias, de referências concretas como casa, lugares, familiares e amigos. Quando a possibilidade de retorno é efetivamente impossibilitada, quando o lugar de origem desaparece ou quando as referências do retorno somem, o retorno como constituinte da identidade começa se vestir de características de “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007) .

As disputas pelo território, as estratégias de seus agentes e a formação das configurações em termos de deslocamentos forçados podem ser estudadas como processos dentro de um campo onde processos de dominação se exercem com violência física e simbólica.

O poder que está em disputa neste campo é o poder sobre o uso da terra, a propriedade, a questão fundiária e até os modos de produção. É uma disputa sobre a função social da terra; a sua função de produção e reprodução material e simbólica de comunidades tradicionais versus a função para a produção capitalista e a incorporação da terra no mercado imobiliário especulativo.

São relações de dominação e resistência, a primeira sempre exercida mediante violência, seja ela bruta ou simbólica, seja mediante coação física, sobre os corpos, seja através da coação espiritual sobre as consciências (THIRY-CHERQUES, 2006).

A cronologia das desapropriações em Barcarena

Os deslocamentos forçados em Barcarena fazem parte da dinâmica contida nas transformações radicais da organização social local, desde a chegada dos colonizadores, dos engenhos e das plantações de cacau, a Cabanagem até a implementação do complexo portuário-industrial.

É difícil, porém importante, quantificar o número de pessoas e famílias que nos 35 anos foram forçadas a se deslocar, visto que é um indicador estratégico da

contradição do anunciado progresso e dos conflitos sociais em torno da ocupação do território.

A primeira fase do projeto de criação do complexo industrial-portuário em Barcarena foi feita em função do complexo Albras-Alunorte, parte do programa Grande Carajás, nos anos 1970 e 1980, e incluía a ocupação de áreas para o porto da Vila do Conde, das indústrias de alumina e alumínio (Albras, Alunorte) e do novo núcleo urbano. Neste período as desapropriações e deslocamentos forçados foram extremamente (des)estruturantes, envolvendo em torno de 513 famílias, praticamente todas elas de agricultores, pescadores, ribeirinhos e extrativistas. Este processo se constituiu, portanto, na gênese das desapropriações e deslocamentos forçados posteriores.

Com a grande infraestrutura implantada e zonas de reservas e expansão marcadas, nos anos 1990 e 2000 iniciou-se uma nova fase na disputa e ocupação do território. Três áreas diferentes dentro do território previsto para a implementação do complexo portuário-industrial entraram no foco de novas disputas e mobilidades, envolvendo antigos e alguns novos agentes:

- 1) A área destinada para o núcleo urbano
- 2) O distrito industrial
- 3) A nova área portuária expandida

Na área originalmente destinada ao núcleo urbano, cuja implantação foi incompleta e muito diferente do que fora pensado, há um movimento de reapropriação. Famílias que foram desapropriadas e deslocadas estão voltando e reivindicando a propriedade das áreas (como as comunidades de Burajuba, Boa Vista e Cupuaçu), pautada em uma nova consciência política de sua identidade como povo tradicional, em disputa com um Estado que não conseguiu dar um destino e organização ao núcleo urbano.

No distrito industrial, criado para receber fábricas e empresas para atuar dentro do complexo portuário-industrial, ocorrem permanentemente novas negociações para futuras desapropriações. A área destinada para este fim não foi desapropriada na primeira fase do projeto e ao longo do tempo novas pessoas começaram a chegar e se estabelecer no lugar. Com a chegada de novas empresas surgiram também novos processos de desapropriações em determinadas áreas, sempre executados em parceria entre a empresa e o Estado, que realizaram a negociação e os deslocamentos. Empresas como a Pará Pigmentos, Rio Capim Caulim, Usipar, Tecop, Alumar e Buritirama foram

instaladas durante a última década do século XX e as primeiras décadas do século XXI, e se tornaram corresponsáveis pelo deslocamento das pessoas que moravam nas áreas que iriam ocupar. Muitas famílias, porém, ainda moram entre estas empresas, afetadas diretamente pela poluição e pela dinâmica de produção e operação das mesmas. São comunidades, empresas e áreas verdes se misturando e se intercalando, cortadas por estradas, linhões de energia e minerodutos. O Estado e as empresas querem que os moradores saiam do distrito para a área ficar à sua disposição. Uma parte dos moradores também gostaria de sair, devido aos impactos da poluição, à perda de terras para plantar e as permanentes ameaças de desapropriações. Outra parte da população prefere ficar no local, ter garantido investimentos para a sua permanência, medidas de tratamento, controle da poluição e definição dos direitos fundiários. Neste contexto, instaurou-se uma negociação complexa, cheia de contradições e de sofrimento permanentes. A situação é complexa de tal maneira, em vista das dificuldades de retirar as pessoas do Distrito Industrial, que o Estado, proprietário legal da área, desocupou outra área para oferecer a futuras empresas (Zona de Processamento para Exportação), desapropriando os moradores que lá viviam.

Nas margens do rio Pará, entre a vila Itupanema e praia de Caripi, estão sendo construídos novos portos para exportação, principalmente de soja. Um ex-funcionário da Companhia Docas do Pará, pessoa central no planejamento portuário no Pará, ciente das possibilidades legais, físicas e mercadológicas, criou uma empresa de planejamento e logística, apropriou-se de áreas (desapropriando-as), para em seguida vendê-las (junto com um projeto portuário) para grandes empresas, sem interferência de nenhum agente público. Instalou-se assim o porto do Terfron/Bunge e outro porto em fase de construção (Hidroviás do Brasil). Ainda há previsão de pelo menos mais um porto nesta zona portuária de Vila do Conde.

Analisando os documentos que acompanham esta cronologia, pode se confirmar que pelo menos 10 mil pessoas foram deslocadas ou estão ameaçadas diretamente de deslocamento, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Famílias³ deslocadas por obras de desenvolvimento em Barcarena entre 1979 - 2015

Obras	Famílias (pessoas)	Período
Complexo Albras-Alunorte; Porto, Núlceo urbano	513 famílias (2500 pessoas)	1979-1985

³ Estimativa - por baixo - de composição familiar de 4 pessoas por família

Rio Capim Caulim, Pará Pigmentas	79 famílias (395 pessoas)	1993-2004
Usipar	65 titulares (200 pessoas)	2003
ZPE – CAP	123 titulares (250 pessoas)	2006-2008
TECOP	140 famílias (500 pessoas)	2011-2015
Imerys	16 famílias (50 pessoas)	2010-2015
Hydrovias do Brasil	196 titulares (550 pessoas)	2013
Distrito Industrial (sob ameaça constante)	1466 famílias (5700 pessoas) ⁴	
TOTAL	2582 famílias/titulares (10 mil pessoas)	1979 – 2015

Fonte: Wanderley (2014); Monteiro (2011); SECTAM (2000, p. 24); Monteiro (2011) SECTAM (2001); Carmo (2010); Costa (2012) CDI (2003); Iterpa (2003). CDI/PA (2008), Cartório de Itupanema (2011); Teixeira (1991). Elaborado pelo autor (2016).

É evidente que o conflito configura-se como o elemento central nas desapropriações. Estas, por sua vez caracterizam-se pelo cerceamento de territórios e impedimento à população original e aos demais moradores do acesso às áreas produtivas, provocando uma preocupação constante na vida de todos os moradores quando, onde e como uma nova desapropriação e deslocamento ocorrerá tornou-se uma

Analisando estratégias

O papel do Estado é fundamental nos processos de desapropriação e deslocamentos forçados. Os planos de desenvolvimento são governamentais, como o Programa Grande Carajás e o Programa de Aceleração do Crescimento I e II (e até o plano diretor urbano) estimulando, possibilitando e atendendo às demandas de empresas multinacionais que organizam e expandem o seu modo de produção e comercialização em escala mundial.

No modelo econômico globalizado, os grandes empreendimentos atribuem funções diferentes às potencialidades locais, no sistema produtivo global, e Barcarena foi inserida como entreposto para a produção intensiva de energia, a transformação primária de minérios e o funcionamento de portos de exportação para o suprimento de fábricas e mercados mundiais.

Barcarena não é considerada como mercado consumidor, tampouco acelerador de desenvolvimento regional, mas somente como território com características físicas, geográficas e estratégicas para se tornar um distrito industrial-portuário. Neste cenário não cabem os moradores locais ou populações tradicionais.

⁴ Número de famílias identificados no levantamento da Costa (2012) menos as famílias que já saíram devido a poluição

Na área escolhida para o grande projeto, entretanto, havia moradores. As primeiras desapropriações começaram com uma estratégia totalizante, que pretendia reordenar todo o território. Porém, dada a limitação de recursos, as contradições no planejamento, o movimento dos moradores dentro do território e a impossibilidade do controle total sobre as mobilidades, as desapropriações tiveram de ser feitas área por área, criando um movimento permanente de circulação interna, produzindo famílias que enfrentaram múltiplos deslocamentos e o cerceamento e o isolamento de comunidades não deslocadas no meio de terras desapropriadas.

Quando os governos federal e estadual iniciaram os deslocamentos forçados em Barcarena, no final da década de 1970, já havia experiências precedentes em lugares e contextos distintos, que geraram reflexões críticas (inclusive no próprio Banco Mundial), mas não produziram nenhuma orientação formal para os processos futuros. A história de Barcarena mostra que poucas lições foram incorporadas aos processos de deslocamentos forçados, no sentido de se garantir o direito das populações deslocadas.

No contexto de Barcarena, os deslocamentos forçados evidenciaram três modalidades de intervenção:

- Planejados e executados pelo governo (federal/estadual), com recursos do orçamento público;
- Planejados pelo governo (federal/estadual) e executado com recursos oriundos de grandes grupos empresariais interessadas no território;
- Realizados diretamente por empresas, sem interferência do poder público.

A maioria dos deslocamentos deriva da parceria direta entre empresas privadas e poder público estadual ou federal, somando interesses e posições convergentes. Uma articulação estratégica que Almeida (1996) também identificou:

[...]coalizões de interesses adotando os mesmos procedimentos operacionais, que materializam os deslocamentos compulsórios *onde não* há a usual ruptura entre empresas privadas e setor público, que visam à limpeza da área para implantação de projetos. (ALMEIDA, 1996, p. 33).

Os deslocamentos promovidos estritamente pelo governo receberam pouca atenção nos planos aos quais estavam vinculados ou incorporados e, quando mencionados, não era para defender alguma política social de desenvolvimento, mas apenas como fator de subsídio no pagamento de indenizações ou como um entrave para a implantação do projeto de desenvolvimento econômico visado.

Esses planos de desenvolvimento priorizaram e priorizam a atividade econômica empresarial multinacional como alavanca de um desenvolvimento medido em termos puramente macroeconômicos. A população local nunca foi objeto ou foco dos planos (exceto como trabalhadores temporários) e nem alvo dos investimentos mobilizados por esses planos, o que parece se repetir com a revisão do plano diretor urbano de Barcarena (2015).

Os planos vinculados ao Programa Grande Carajás para Barcarena não mencionam os deslocamentos forçados como foco de intervenções dos programas ou projetos. Trata-se simplesmente de uma questão de desapropriação e indenização. No estudo para o desenvolvimento regional do Programa Grande Carajás, a discussão sobre modificações populacionais se refere à migração como o aumento da população, sem mencionar processos de deslocamentos forçados (PARANÁ, 1985)

O Plano Diretor do Distrito Industrial de Barcarena (CDI, 1982) não menciona qualquer estratégia relativa aos moradores da área do Distrito Industrial. As desapropriações previstas entram somente na “planilha de estimativa das inversões” onde consta: “Desapropriação (não inclui área do porto Alunorte e Eletronorte = 1.050 ha), 670 ha a Cr\$ 125.000/ha. Cr\$ 83.750,00” (CDI, 1982, p. 44). Este valor representava 3,7% do valor previsto para investimento na construção da infraestrutura do distrito (CDI, 1982).

As desapropriações e deslocamentos forçados refletem a disputa territorial de forças desproporcionais, que vão além das delimitações geográficas do território efetivamente (des)apropriado e envolvem uma disputa “cartográfica”.

Segundo Acselrad e Coli (2008, p. 14) todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista, e que: “[...] na política dos mapeamentos estabelece-se uma disputa entre distintas representações do espaço, ou seja, uma disputa cartográfica que se articula às próprias disputas territoriais”

O governo federal, quando criou seus planos de apropriação de parte do território de Barcarena, desenhou, em linhas gerais, mapas dos zoneamentos de acordo com a sua concepção de desenvolvimento, pautada no interesse e junto com a indústria mineradora e planos portuários, na infraestrutura necessária em termos de estradas, reservas ambientais (ou de expansão futura) e urbanização. Cada empresa que se inseriu neste processo no decorrer do tempo, em diferentes momentos históricos de Barcarena, demarcou o seu território numa negociação direta com os governos em relação à propriedade, subsídios, infraestrutura e benefícios, dividindo entre si a responsabilidade

da expulsão dos moradores e o encerramento de outras atividades econômicas, sociais e culturais.

Outro processo, paralelo à produção de mapas, envolve a “regularização e apropriação fundiária”, onde as áreas são apropriadas no papel, numa formalidade e racionalidade capitalista e do Estado Moderno, produzindo e registrando a propriedade das áreas em nome de órgãos governamentais e transferindo/vendendo-as para empresas privadas. A transformação de planos e mapas em documentos de propriedade fundiária envolve um conjunto de instituições privadas e governamentais, como o Incra, Iterpa e cartórios.

Todas as desapropriações foram fundamentadas em uma legislação criada para a implantação de planos de desenvolvimento ou no contexto da sua execução, como fundamento e garantia da legalidade para as desapropriações, e como instrumento decisivo nas negociações e intervenções. Dessa forma, foram criados o Distrito Industrial, a zona portuária de Vila do Conde e, em 2004, a área do Porto Organizado de Vila do Conde, esta última a fim de possibilitar a instalação de portos em uma área destinada a reservas ambientais e ocupada por bairros e famílias.

A Companhia (*estadual*) de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI) foi a agência de negociação das desapropriações mais atuante em toda história dos deslocamentos forçados, de 1979 até 2014, tendo dividido esta função, na década de 1980, com a Companhia (*federal*) de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), que se tornou responsável pelas desapropriações no território destinado à Vila dos Cabanos e todo projeto ampliado de urbanização. Como suporte legal, o Instituto de Terras do Pará - Iterpa foi o agente principal na titulação de terras, no avanço das desapropriações e na legalização das novas propriedades criadas.

As negociações das indenizações e deslocamentos são exemplos de uma correlação de forças absolutamente desigual. A parte interessada em comprar (desapropriar) mobiliza forças simbólicas, políticas, legais, econômicas e físicas.

Em primeiro lugar, há o discurso da inevitabilidade, visando convencer as pessoas a sair porque o empreendimento vai chegar (de qualquer maneira). Em segundo lugar, o discurso oficial do progresso e do desenvolvimento é apresentado em oposição ao discurso tradicional e desqualificado como atrasado.

Mobiliza-se o campo científico formal, que elabora projetos, estudos e relatórios (RIMA, EIA) e pareceres (laudos), sempre apresentados como técnicos, objetivos e

neutros, pautados numa racionalidade científica, mas que apenas reforçam a posição da parte interessada na desapropriação.

As desapropriações ainda são enquadradas em atos normativos que autorizam ou preveem a desapropriação, eliminando formalmente o direito de permanência dos moradores, por meio de decretos, leis e ordens judiciais. Disponibiliza-se um orçamento preestabelecido, convencendo os moradores com pagamentos à vista ou em cheque. Além disso, evidenciam-se as práticas de violência, intimidação e ameaças por parte dos agentes conhecidos pela sua truculência ou ‘firmeza’ ou a demonstração de força utilizando máquinas pesadas e tratores para invadir as terras próximas das casas.

Neste contexto, aos moradores resta negociar, pois resistir ou permanecer não parece uma opção viável, apesar de tentativas individuais, e por vezes coletivas.

Uma das estratégias empresariais observadas ao longo da história das desapropriações, além das negociações citadas, consistia em conquistar as comunidades do entorno com investimentos na melhoria da orla, escola, centro comunitário, caixa d’água comunitária e portas abertas para a comunidade. Esta estratégia é utilizada enquanto as negociações e as primeiras obras estão sendo executadas, até que as áreas sejam cercadas. Neste momento, os escritórios para interagir com a comunidade são fechados.

O deslocamento da comunidade de Montanha para Curupeté e posterior para Nova Vida para a instalação da indústria de caulim foi o último que ofereceu reassentamento coletivo. A partir daquela experiência, todas as desapropriações se limitaram ao pagamento de indenizações.

Os valores pagos são, em geral, baixos, principalmente quando se considera que os moradores precisam investir em novo lugar para morar e produzir. A avaliação e o valor estipulado por parte do comprador é definido com base em laudos que consideram a área construída, benfeitorias e algumas plantações a partir de tabelas de instituições como o Iterpa e o Comitê Brasileiro de Construção Civil, sob a máscara da objetividade ou racionalidade institucional.

Toda a negociação se concentra na avaliação do bem a ser desapropriado e não nas condições necessárias para a população refazer a sua vida nos mesmos moldes ou em condição melhor da que tinham quando foram forçadas a sair. O processo pretende, portanto, a retirada e não um recomeço.

As avaliações das construções demoradas são feitas na base do preço do metro quadrado construído, método inadequado para estipular o valor dos imóveis em questão, pois deve ser considerado o valor de um imóvel similar ou superior, com boa localização e disponível no mercado imobiliário local. Também se avalia o estado do imóvel para aplicar um coeficiente de depreciação. Os moradores deixam de investir nas suas casas no momento que percebem que terão que sair, ou quando são proibidos de investir nas moradias e há até pessoas que abandonam as suas casas durante o processo de negociação, contribuindo ainda mais para a depreciação do imóvel. A desvalorização dos imóveis é, portanto, uma consequência do processo de desapropriação, e nunca deveria ser descontada no laudo da avaliação.

Por razões estratégicas, grande parte dos lotes é considerada terra nua, com valorização mínima ou sem valorização, uma estratégia de ação recorrente e histórica na disputa pela terra na Amazônia (LOUREIRO, 1992).

As plantações e árvores frutíferas são avaliadas a partir de referências absolutamente incompatíveis com o um processo de reinicialização de agricultura. Neste processo, o que deve estar sendo negociado é a tentativa de recompor as condições sociais, culturais e econômicas interrompidas pela desapropriação. Porém, a negociação é encarada como um processo de compra e venda. Os valores calculados atingem, portanto, um preço muito inferior ao valor necessário para recompor uma plantação com mesma produtividade ou até para compensar a perda da renda obtida com a venda de produtos oriundos dessas árvores e plantações.

Os cálculos são feitos a partir de uma concepção mercadológica da terra e do território, que não podem dar valor ao que não cabe nesta concepção. Para as populações tradicionais, porém, o território tem outro significado e outro valor, completamente ignorado nos processos de desapropriação (CASTRO, 1999).

O Estado e as empresas contam com uma equipe técnica qualificada, composta por agrônomos, engenheiros e advogados, enquanto as comunidades não contam com nenhum apoio técnico e jurídico, dependendo somente do seu conhecimento e ideias de atribuição de preços, muitas vezes desvalorizados. As comunidades ameaçadas e deslocadas só contam com tímidas e pontuais defesas dos seus direitos por parte do Ministério Público, e estes, em geral, pautam-se nos laudos oficiais produzidos.

A poluição, o desrespeito às normas ambientais, os tímidos investimentos em tecnologias que poderiam evitar a poluição, a falta de fiscalização e as poucas

responsabilizações parecem fortalecer uma lógica de pressão sobre as comunidades para forçá-las a sair e de fugir da poluição, sair daquele lugar que prejudica a sua saúde, suas plantações e seus modos de vida.

Considerações finais

Os conflitos de terra expressam e talvez representem de forma mais evidente as transformações sociais na Amazônia (LOUREIRO, 1992). As desapropriações e deslocamentos forçados são uma das suas expressões mais claras, presentes em Barcarena. O conflito entre agentes trata de significado da terra, entre a “terra de trabalho e vida” versus a “[...] terra de negócios e especulação” (LOUREIRO, 2009), ou, como afirma Castro (1999, p. 37): “[...] no fundo trata-se de um movimento de confronto entre espaços, de formas diferentes de domínio e de concepção coletiva do espaço”. O direito à terra, à função social da terra e à tradicionalidade são desconsiderados.

Os processos de desapropriações evidenciam suas contrariedades. Numa área para a qual o governo planejou uma ocupação portuária industrial e a sua desocupação completa, têm ocorrido novas ocupações, com inserção de novos moradores, novas comunidades e a ampliação de comunidades existentes. Com o atraso e a não ocupação deste distrito industrial e a permissão de novas ocupações no território evidencia-se uma situação cada vez mais complexa onde comunidades tradicionais são deslocadas, cercadas e isoladas, enquanto novas comunidades e fábricas, portos e estradas se instalam.

Os primeiros deslocamentos foram realizados sem estudos prévios, sem preparação e sem encontrar muitas resistências. Os movimentos sociais, porém, vêm crescendo e se consolidando ao longo do tempo. As primeiras formas de resistência organizada foram iniciadas entre as famílias deslocadas nos anos 1980, ao questionar os valores e até o não pagamento das indenizações. Famílias de outras comunidades ameaçadas de desapropriação perceberam os métodos violentos utilizados nos primeiros deslocamentos e os impactos negativos sobre a vida das pessoas que foram deslocadas. Esta percepção se difundiu através da comunicação e vivência em rede, de laços familiares e comunitários preexistentes e de convivência posterior, quando muitas famílias se mudaram outras comunidades, inclusive que mais tarde seriam alvo de novos deslocamentos.

As negociações se aprimoraram e algumas comunidades se politizaram, principalmente aquelas que contavam com uma organização interna consistente (via igreja, sindicato ou centro comunitário).

Para as comunidades, os resultados da resistência ficaram aquém do esperado e desejado, causando decepção, frustração e traumas que levaram ao desânimo, desarticulação e ao enfraquecimento das mobilizações. A resistência e a mudança de lugar trouxeram aprendizagens para a comunidade e as pessoas diretamente atingidas, (CARMO, 2010) que as ajudaram a entender o funcionamento do Estado, o significado de direitos constitucionais, as contradições do mundo “moderno” e a importância de educação, formação, aliança e organização. Mas as pessoas também aprenderam que direitos no papel não significam direitos efetivos, que o seu conhecimento e sabedoria não são valorizados nas negociações, que mesmo tendo formação e qualificação profissional, as empresas transnacionais em Barcarena não priorizam a sua contratação, que cada conquista é seguida por uma nova ameaça e até numa derrota posterior.

O que alimenta e ao mesmo tempo paralisa a resistência é o sentimento de insegurança e impotência, o medo de perder os seus bens a qualquer momento, de serem deslocados novamente por falta de títulos de posse e propriedade definitiva, pelos inúmeros planos e projetos para a dinamização da indústria e da atividade portuária exportadora.

Mas há uma forma de resistência importante e crescente, que consiste na retomada de áreas desapropriadas para o projeto urbanístico da Vila dos Cabanos e seus arredores nos anos 1980. São alvo desse movimento as terras que por anos serviam para fins de especulação fundiária, sem nenhuma função social, e foram frequentemente visitadas por ex-moradores e seus familiares em busca da memória identitária e de espaço para plantar, coletar e colher. Esta luta estimulou a busca por direitos territoriais também das que estão em disputa direta pelo território, como no Distrito Industrial.

Esta luta para reafirmar a identidade tradicional significa uma ruptura histórica, pois o que se tentou eliminar e apagar no território original está se reerguendo, por meio de ações coletivas estratégias de reocupação de terra e permanência.

O projeto de modernização à força parece ter encontrado um limite e é colocado em cheque pelo projeto de reocupação da terra e retomada do modo de vida tradicional, adaptados aos novos contextos e realidades, pautados nos instrumentos jurídicos legais e nas políticas públicas, reafirmando seus direitos e valores socioculturais e ancestrais

em face dos aos grandes projetos desenvolvimentistas. Elas procuram um Barcarena Livre da dominação pelo capital globalizado e, para tanto, precisa-se pensar políticas sociais como políticas sociais territoriais libertadoras e afirmativas, inclusive em relação a eventuais deslocamentos e reassentamentos.

Referências

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: _____. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPPUR, 2008. p. 13-44.

ALMEIDA, A. W. B Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**, ano 9, n. 25, p. 30-35, 1996.

CARMO, E.D. **O Território educa e politiza na(s) Amazônia(s)**: os processos socioculturais da comunidade nova vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena. 230 f. 2010. Tese (Doutorado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA VILA DE ITUPANEMA. **Instrumentos particulares de venda e compra**. Barcarena. 2011. (165 documentos Mimeografados).

Castles s. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Internacional de mobilidade humana**, Brasília, DF, ano 18, n. 35, p. 11- 43, 2010.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia, **Novos Cadernos Naea**, v. 2, n 1, p. 31-50, 1999

CDI. **Laudos elaborados pelo Iterpa, listagem geral dos ocupantes, relatório dos indenizados por data de indenização, relatório das escrituras de cessão de direitos possessórios e compra e venda de benfeitorias**. 2003 Mimeografado

CDI. Plano diretor do distrito industrial de Barcarena. Plano diretores dos distritos industriais de Barcarena, Tucuruí e Marabá. **Relatório IPT/DES-EI**, v. 2 – C, n. 16 886, 1982.

CDI. **Minuta escritura pública de compra e venda de terreno destacado, na forma abaixo**. Belém: CDI, 2008. 6 p.

COSTA, M.S.S. (Coord.) **Cadastramento e perfil socioeconômico de famílias ocupantes da área da companhia de desenvolvimento industrial do Pará – CDI/Pa** no município de Barcarena. Belém: CDI, UFRa, 2012

HARVEY D. **O novo imperialismo**. Edicoes Loyola, 2004 - 201 páginas

HAZEU, M. **O não-lugar do outro**: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. 2015. 337f. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável)– Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

LOUREIRO, V.R. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Empório do Livro. 2009. 279 p.

LOUREIRO, V.R. **Amazônia**: estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992. p. 367.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008

MONTEIRO, M. Mineração e desenvolvimento: a valorização do caulim na Amazônia brasileira. **Paper do NAEA**, n. 288, p. 1- 46, p. dez. 2011.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998. 299 p.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia, revista do migrante**, ano 13, número especial, 2000. 34 p.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento do Estado do Paraná - SEPLAN. **O estudo para o desenvolvimento regional do programa grande Carajás – fase 2**. Sumário e conclusões. SEPLAN-PR. Agência de cooperação internacional do Japão e secretaria executiva do programa Grande Carajás. 1985. 186 p

MAGALHÃES SANTOS, S.M.S. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- École Doctorale Vivant et Sociétés, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

TEXEIRA, J.B. **Reprodução da força de trabalho em área de impacto de projeto transnacional**: estudo do processo de proletarização em Barcarena. Belém: UFPa, 1991. 156 p.

THIRY-CHERQUES, H.R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista Administração Pública**. v. 40, n.1, p. 27-53, 2006.

VAINER, C.B. A violência como fator migratório. Travessia, **Revista do Migrante**, ano 9, n. 25, p. 5-9, 1996.